



CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 2.022, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

Altera dispositivo da Resolução nº 1.945, de 30 de novembro de 2015, que dispõe sobre o Normativo de Procedimentos para Registro de Profissionais junto aos Conselhos Regionais de Economia.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofecon nº 1.832, de 30 de julho de 2010;

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoamento das regras referentes ao registro profissional;

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 15.643/2012 e o deliberado na 692ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon, realizada 19 de outubro de 2019.

R E S O L V E:

Art. 1º Incluir o parágrafo 9º ao artigo 3º da Resolução nº 1.945/2015, com a seguinte redação:

Art. 3º (...)

§ 9º Na impossibilidade de emissão das certidões mencionadas no parágrafo anterior, o requerente poderá firmar declaração de idoneidade perante o Corecon, responsabilizando-se por sua veracidade, sob pena de falsidade, conforme modelo Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Incluir o anexo a seguir relacionado na Resolução nº 1.945/2015:

I – Anexo XIII – Declaração de Idoneidade



CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brasília-DF, 21 de outubro de 2019.

Econ. Wellington Leonardo da Silva

Presidente do Cofecon



CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

ANEXO XIII

Ao Conselho Regional de Economia - _____^a Região.

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Eu, _____, portador do RG nº _____, Órgão Expedidor _____ e inscrito sob o CPF nº _____ DECLARO, para fins de provas, junto ao Conselho Regional de Economia da _____^a Região, que atendo ao requisito de idoneidade moral previsto no § 6º do art. 3º da Resolução nº 1.945/2015, não tendo sofrido qualquer tipo de condenação judicial transitada em julgada, por crime de racismo, homofobia, transfobia, violência doméstica ou por crimes definidos como hediondos, conforme previsto no § 7º do art. 3º do normativo retrocitado, nada havendo que desabone minha conduta.

DECLARO, ainda, estar ciente da responsabilidade civil, penal e administrativa pela veracidade das informações prestadas, nos termos do inciso I do artigo 4º da Lei nº 9.784/99 (*“expor os fatos conforme e verdade”*) e do artigo 299 do Código Penal (*“Omitir, em documento público ou particular, declaração que dela devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante”*).

_____, ____ de _____ de 20____

Assinatura do(a) Requerente